

MOÇÃO AO IX CONGRESSO DO LIVRE

POR UMA SOCIEDADE ASSENTE NA JUSTIÇA SOCIAL E AMBIENTAL!

Contextualização

No VII Congresso do LIVRE que teve lugar em 2 de Fevereiro de 2019 foi aprovada a moção “POR UMA ECONOMIA AO SERVIÇO DAS PESSOAS E DO MEIO AMBIENTE! Contra a catástrofe climática planetária e por um novo sistema económico assente na qualidade de vida dos cidadãos e na sustentabilidade ecológica”, com as seguintes conclusões:

“O LIVRE reconhece que a nossa sociedade precisa de uma mudança de paradigma, passando de uma política baseada no crescimento económico para uma política assente numa economia equilibrada que tem em conta os limites ecológicos do planeta e as necessidades básicas de cada ser humano.

O LIVRE exige e promove, em consciência da urgência crítica que a situação ambiental atual requer:

1. A abolição do crescimento económico como indicador do progresso social;
2. A utilização de indicadores de desenvolvimento alternativos, que reflitam os custos ambientais da depleção de recursos e da poluição ao mesmo tempo que incluem o valor do bem-estar social;
3. O alinhamento das políticas setoriais com esses indicadores, de modo a devolver a qualidade de vida aos portugueses e a sustentabilidade à sua relação com a natureza.”

Resumindo brevemente a argumentação da moção aprovada:

- O indicador o produto interno bruto (PIB) mede toda a atividade económica, desejável ou indesejável, e inclui apenas a atividade monetizada;

- Devido ao elevado conteúdo energético dos combustíveis fósseis, tem existido um incremento acelerado da produtividade, exponenciado pela automatização, pela robotização e pela digitalização, desencadeando uma espiral de consumo desenfreado acompanhada por um aumento dos horários de trabalho e agravamento das desigualdades sociais;

- A capacidade de suporte do planeta Terra é limitada, mas a Humanidade encontra-se numa situação de aumento acelerado da sua pegada ecológica que já excede a capacidade de suporte da Terra em 1,7 vezes, tornando um colapso nos próximos 50 anos provável;

- Existe o risco de efeitos dominó que alterações abruptas de grandes ecossistemas, como por exemplo o degelo polar ártico, podem principiar;

- O sistema económico tem que assegurar “um espaço operacional seguro para a humanidade.

Ora, depois das eleições legislativas do ano passado, e tendo em conta a presente relação de forças na Assembleia da República, o LIVRE dispõe de uma oportunidade excepcional para fazer avançar os propósitos da moção aprovada no VII Congresso.

Assim,

O LIVRE reitera o seu compromisso com as conclusões da moção “POR UMA ECONOMIA AO SERVIÇO DAS PESSOAS E DO MEIO AMBIENTE!”, aprovada no VII Congresso do LIVRE em 2 de Fevereiro de 2019.

O LIVRE, através da sua deputada única, dará corpo a iniciativas parlamentares que promovam a mudança de paradigma, passando de uma política baseada exclusivamente no crescimento económico para uma política orientada para criar uma economia equilibrada que tem em conta os limites ecológicos do planeta e as necessidades básicas de cada ser humano, a ver:

- 1. A aplicação do Indicador do Progresso Genuíno ao desempenho da economia portuguesa e ao bem-estar da população portuguesa, incluindo retroativamente aos últimos 50 anos para aferir os verdadeiros progressos e retrocessos a assinalar;**
- 2. A revisão da lei tributária e códigos legislativos com ela relacionados com o objetivo de aumentar a sua função redistributiva e a sua progressividade, afim de melhorar o índice de desigualdade nacional (índice de Gini) que é um dos piores da Europa;**
- 3. A implementação de um rendimento básico incondicional (RBI), inicialmente com um âmbito territorial restrito e à experiência, para favorecer a transição ecológica e contribuir para uma sociedade onde uma vida condigna não esteja dependente do mercado laboral e do crescimento económico;**
- 4. A introdução de legislação que torne obrigatório que todas as medidas legislativas e investimentos públicos a realizar no futuro devam ser avaliadas em relação ao seu contributo para a redução do consumo de matérias primas não-renováveis e seus derivados, bem como para a redução das emissões de gases de efeitos de estufa e poluentes, afim de reduzir a pegada ecológica e a poluição da sociedade portuguesa no seu todo.**